

29/04/2021

**ESPECIAL 1º DE MAIO
DIA DO TRABALHADOR**



Crise dentro da crise: pandemia agrava longa depressão brasileira

Neste Boletim Especial 1º de Maio, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) vem mostrar que a atual situação de precarização do mercado de trabalho e o aumento do custo dos alimentos, vivido em 2020, não são consequência apenas da crise sanitária mundial, mas também estão relacionados com o projeto econômico e político implementado após 2016.

No mercado de trabalho, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PnadC/IBGE), havia inclusive sinais de piora antes do início da pandemia. A partir da implementação das reformas trabalhista, previdenciária e do teto de gastos, medidas defendidas pelo governo e apoiadores como solução para a economia brasileira, os problemas se intensificaram.

A reforma trabalhista, que passou a valer em novembro de 2017, prometia a melhora do ambiente de negócios e a geração de milhões de empregos formais, inclusive por meio da criação dos contratos intermitentes. Bem diferente da promessa, o que se assistiu a partir de então foi o aumento do desemprego e da informalidade, queda da renda do trabalho e um movimento de precarização generalizada.

Em relação aos preços, o descontrole ocorre devido a diversas medidas executadas desde 2016, como: a redução dos estoques reguladores da Conab (Companhia Nacional de Abastecimentos); o fim do subsídio do gás e da política de valorização do salário mínimo; e o aumento das exportações de alimentos.

A situação econômica do Brasil já era grave. A pandemia veio complicar o quadro.

Nas próximas páginas são abordados a ocupação, a informalidade, o trabalho intermitente, os rendimentos, o movimento da força de trabalho, o fim da política de valorização do salário mínimo, o esvaziamento dos estoques reguladores de alimentos, os preços dos combustíveis e gás e a carestia dos produtos básicos de alimentação.

Desocupação cai muito pouco após reformas, mas desalento e subocupação crescem

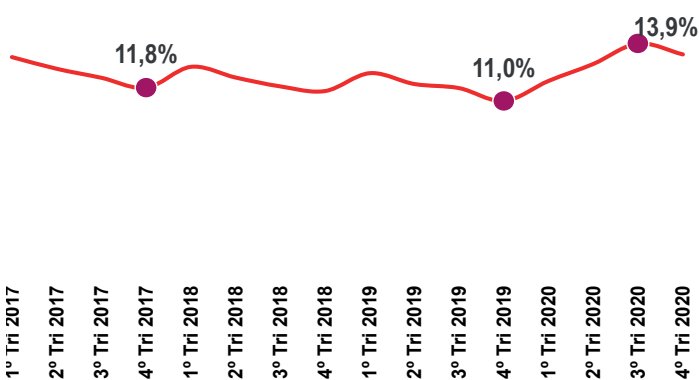
Quando a reforma trabalhista passou a vigorar, no 4º trimestre de 2017, a taxa de desocupação estava em 11,8%. Dois anos depois, nos últimos três meses de 2019, pouco antes do início da pandemia, o desemprego tinha caído apenas 0,8 ponto percentual. No final de 2020, nove meses após o começo da crise sanitária, 13,9% da força de trabalho não tinham ocupação.

Houve redução de 635 mil no número de desempregados entre o 4º trimestre de 2017 e

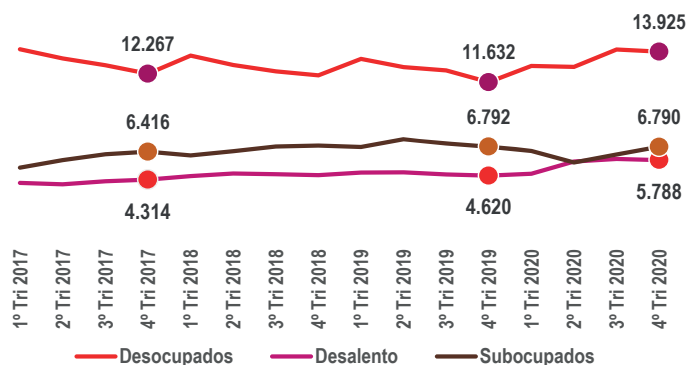
o mesmo período de 2019. No entanto, no mesmo intervalo de tempo, o número de desalentados e de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas mais que compensou esse número: aumentou em 681 mil pessoas. Em 2020, o número de desocupados, desalentados e subocupados cresceu 3,5 milhões.

Estimativa de desocupados, desalentados e subocupados por insuficiência de horas trabalhadas - Brasil - 1º tri 2017 a 4º tri 2020 (em 1.000 pessoas)

Taxa de desocupação Brasil - 1º tri 2017 a 4º tri 2021



Fonte: IBGE. Pnad Contínua



Fonte: IBGE. Pnad Contínua

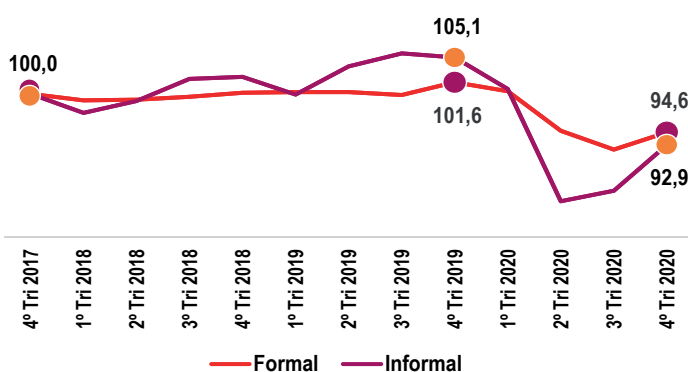
Ocupação aumenta puxada pela informalidade

No 4º trimestre de 2019, havia 3,5 milhões de ocupados a mais do que no mesmo período de 2017. O aumento foi puxado principalmente pela informalidade. A quantidade de trabalhadores informais cresceu 5,1%, enquanto a de formais subiu apenas 1,6%, reflexo da reforma trabalhista.

Já 2020 chegou ao fim com 8,4 milhões de ocupados a menos do que em 2019. A queda no número de trabalhadores formais foi inferior à de informais, que não contaram com nenhum mecanismo para garantir estabilidade no trabalho ou com os incentivos econômicos das políticas de preservação de emprego e crédito - como o Benefício Emergencial de Preservação

do Emprego e da Renda (Bem) e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas (Pronampe).

Estimativa de crescimento do número de ocupados formais e informais - Brasil - 4º tri 2017 a 4º tri 2020 (4º tri 2017 = 100)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua

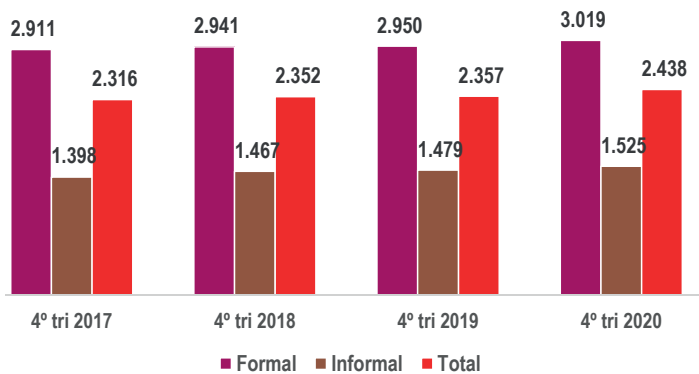
Rendimento médio do trabalho cresce só R\$ 41 entre 4º trimestres de 2017 e 2019

O rendimento médio do trabalho cresceu somente R\$ 41 entre os quartos trimestres de 2017 e 2019.

Enquanto os trabalhadores formais viram a renda aumentar 1,4% nesse período, os informais tiveram ganho maior, de 5,8%.

Antes da pandemia, entretanto, o rendimento dos informais (R\$ 1.479) era, em média, metade do recebido pelos formais (R\$ 2.950).

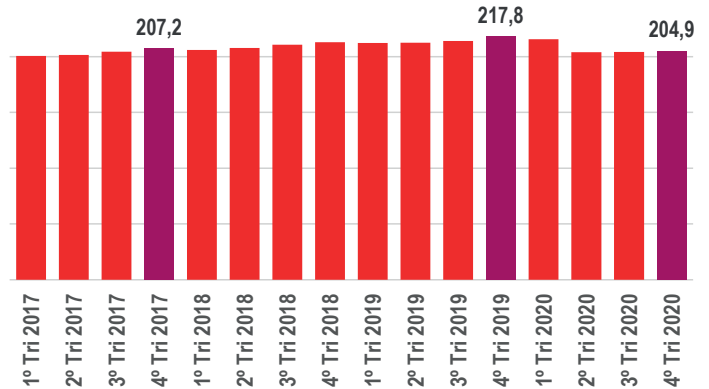
Rendimento real médio do trabalho segundo tipo de ocupação - Brasil 4º tri 2017 a 4º tri 2020 (em R\$ do 4º tri)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua

Em 2020, após o início crise do coronavírus, a massa de rendimentos mensal do trabalho caiu 6%, passando de R\$ 217,8 bilhões para R\$ 204,9 bilhões, o que significa R\$ 13 bilhões a menos no bolso dos trabalhadores, todos os meses, e um menor volume de renda disponível para o consumo, o que dificulta a retomada do crescimento econômico.

Massa de rendimento mensal do trabalho Brasil - Brasil - 1º tri 2017 a 4º tri 2020 (em R\$ bilhões)



Fonte: IBGE. Pnad Contínua

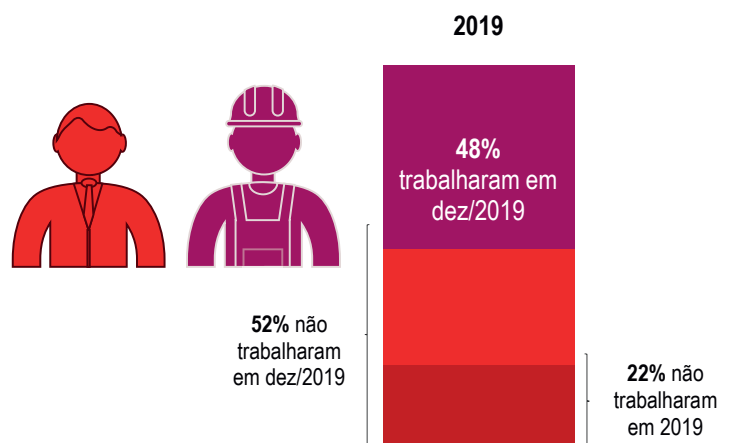
22% dos intermitentes admitidos em 2019 não trabalharam naquele ano

Com a reforma trabalhista, foram criados milhares de contratos intermitentes. Muitos nunca saíram da gaveta. Nessa modalidade, o trabalhador fica à disposição do empregador, aguardando, sem remuneração, ser chamado para trabalhar.

Entre os intermitentes admitidos em 2019 e ativos até o final do ano, 22% não trabalharam nenhuma vez. A remuneração mensal média dos que conseguiram trabalhar, no fim de 2019, foi de R\$ 637, equivalente a 64% do valor do salário mínimo.

Em 2020, houve aumento de 96 mil vínculos intermitentes. Estima-se que o estoque de intermitentes tenha chegado a 230 mil, 0,48% do total de vínculos formais no país. O número refletido nas estatísticas pouquíssimo impacto tem na vida dos trabalhadores.

Distribuição dos vínculos intermitentes segundo situação de trabalho - Brasil 2019



Fonte: ME. Rais. Obs.: ainda não foram disponibilizados os dados para 2020

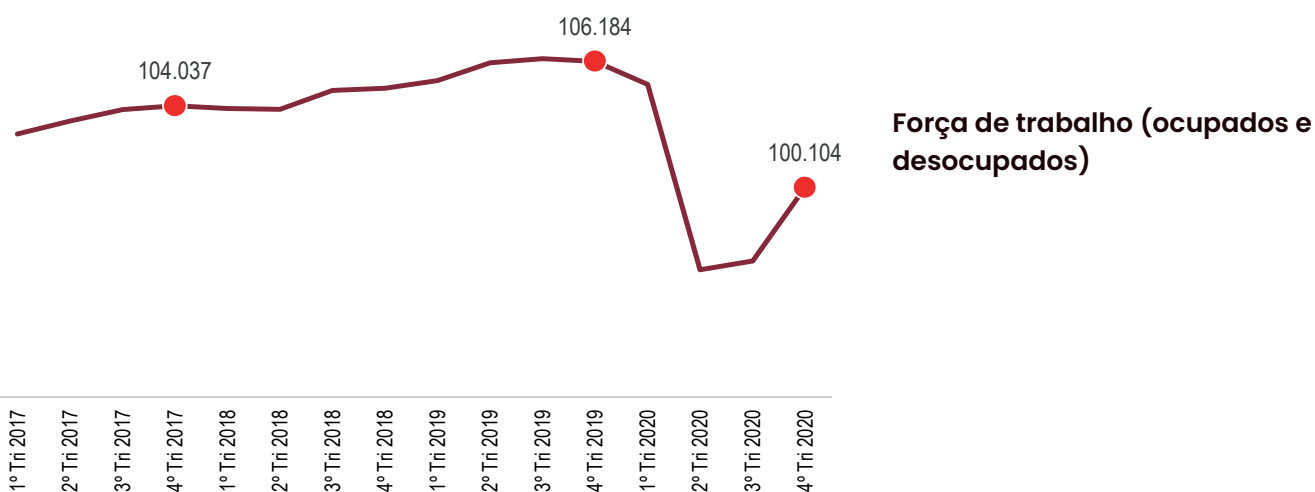
8,9 milhões de pessoas fora da força de trabalho, sem renda, trabalho e perspectiva

A força de trabalho (ocupados e desempregados) cresceu 2,1% entre o 4º trimestre de 2017 e o 4º trimestre de 2019.

No segundo trimestre de 2020, durante a pandemia de covid-19, muitos trabalhadores perderam as ocupações. A falta de perspectiva, a possibilidade de contaminação e a necessidade de isolamento social

fizeram com que parte dessa população deixasse a força de trabalho, ou seja, muitos desses trabalhadores não saíram em busca de uma nova colocação. São 8,9 milhões de pessoas sem trabalho e renda, sem procurar ocupação.

Crescendo a força de trabalho, haverá pressão sobre a taxa de desemprego.



Fonte: IBGE e DIEESE. Elaboração: DIEESE

Com final da política de valorização do salário mínimo, piso mal dá para os alimentos básicos

A política de valorização do salário vigorou entre 2004 e 2018, cumprindo importante e necessário papel na distribuição de renda no país. Após a decretação do fim da política, o piso mínimo brasileiro começou a ser reajustado pela inflação oficial, mas, a partir de 2020, ficou até mesmo abaixo deste índice.

Com o aumento dos preços dos alimentos no último ano, o salário mínimo perdeu poder de compra.

Em algumas das 17 capitais brasileiras, conforme a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos do DIEESE, mais da

metade do salário mínimo em vigor tem sido gasto com a compra dos alimentos essenciais necessários para uma pessoa adulta durante um mês.

Valor e reajustes do salário mínimo - 2020-2021

Período	Salário mínimo (R\$)	Reajuste nominal (%)	INPC/IBGE (%)	Aumento real (%)
Jan/20	1.039,00	4,11	4,48	-0,36
Fev/20	1.045,00	0,58	0,19	0,38
Jan/21	1.088,00	4,11	4,72	-0,58
		9,02	9,62	-0,56

Fonte: IBGE e DIEESE. Elaboração: DIEESE

Política de preços da Petrobras e fim do subsídio do gás de cozinha pioram condições de vida dos mais pobres

Em 15 de outubro de 2016, a direção da Petrobras mudou a política de preços da empresa. Os valores dos combustíveis passaram a acompanhar os movimentos dos preços no mercado internacional. A partir daí, os brasileiros começaram a sentir no bolso as oscilações que ocorrem no exterior.

Em 2018, uma forte alta nos preços provocou reclamações de toda a sociedade e uma greve dos caminhoneiros que paralisou o país inteiro durante 10 dias.

A questão também tem sido abordada constantemente pelos petroleiros.

Em 2019, uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética colocou fim à política do subsídio do gás de cozinha praticada pela Petrobras, um bem considerado essencial para as famílias brasileiras.

Com o alto desemprego e a queda da renda, muitas famílias ficaram sem recursos para comprar, ao mesmo tempo, alimentos e

gás e se viram obrigadas a usar lenha ou carvão para cozinhar.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 14 milhões de famílias usavam lenha ou carvão em 2019 (cerca de 3 milhões a mais do que em 2016). O número significa que uma a cada cinco famílias brasileiras cozinhava com carvão ou lenha.

Variação em 12 meses dos preços ao consumidor Março de 2020 a março de 2021 (%)

Região	Variação do preço da gasolina comum	Variação do preço do GLP	Variação do preço do Diesel
Centro Oeste	25,6	15,0	18,8
Nordeste	23,2	20,1	20,8
Norte	20,6	17,7	17,2
Sudeste	22,1	19,5	19,3
Sul	23,8	18,1	18,5

Fonte: ANP
Elaboração: DIEESE

Governo caminha para extinguir política de estoques reguladores de alimentos e esvazia Conab

Os estoques públicos de alimentos vêm passando por redução anual desde 2016. Produtos essenciais como arroz, feijão, leite, entre outros, não têm sido provisionados. A medida é resultado de uma política que retira o estado da função de balizar preços e garantir a soberania alimentar, deixando como responsáveis pela regulação a lei da oferta e da procura do mercado e as oscilações do câmbio.

Em 2019, foram fechados 27 armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), ligada ao Ministério da Agricultura. Recentemente, o governo anunciou a realização de leilões para vender esses espaços. A Conab, além de responsável pelos estoques, é a principal compradora de produtos da agricultura familiar.

É recomendável que os países tenham ao menos seis meses de estoques reguladores para que não fiquem à mercê de intempéries, oscilações cambiais ou da queda na oferta de determinado produto no mercado internacional.

Estoques de alimentos essenciais adquiridos pelo governo federal - Conab - Dez/2014 e fev de/2021

Alimento	Estoque em dez 2014 (toneladas)	Estoque em fev 2021 (toneladas)	Variação Percentual
Arroz	148.057	20.834	-85,9
Milho	333.684	30	-100,0
Feijão	64.166	0	
Café	542	0	
Trigo	450.330 ¹	1.649	-99,6
Leite	123	0	

Fonte: Conab. Estoques Públicos; Nota: 1) dezembro de 2013, Em 2014, não havia estoque disponível; Obs.: Estoques adquiridos pelo governo

Preços dos alimentos em alta devido às escolhas de governo

A drástica redução das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, responsável pela produção de mais de 70% dos alimentos consumidos no país, e o crescimento da exportação de itens alimentícios como arroz, carne bovina, óleo e grão de soja, milho, café e açúcar, impulsionado pela desvalorização do real diante do dólar, tiveram impactos na oferta desses produtos no Brasil em 2020.

Em plena crise sanitária mundial, en-

quanto todos os países estocam alimentos, como itens de segurança nacional, o governo brasileiro fragiliza a produção nativa, abre as fronteiras para a exportação de grande parte das *commodities* aqui produzidas e esvazia os estoques públicos reguladores, como descrito na página anterior.

Com a oferta interna reduzida, a população teve que enfrentar sucessivas altas nos preços dos alimentos nas prateleiras dos supermercados,

Variação em 12 meses dos preços dos produtos da cesta básica de alimentos por capital (em %) Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos - Março de 2021

Região	Cidade	Carne	Leite	Feijão	Arroz	Farinha	Batata	Tomate	Pão	Café	Banana	Açúcar	Óleo	Manteiga	Total
Centro-Oeste	Brasília	35,43	17,74	29,92	59,76	21,77	27,89	-16,36	6,22	4,6	18,43	6,32	90,74	7,75	19,95
	Campo Grande	38,18	14,8	31,3	56,03	12,27	14,51	-23,77	3,13	5,29	-2,09	26,57	84,49	-5,32	16,53
	Goiânia	38,76	22,6	18,18	65,73	19,39	24,72	-20,45	7,99	2,18	16,12	35,41	84,74	14,68	21,02
Sudeste	Belo Horizonte	36,02	29,46	37,68	69,52	16,27	25,45	-40,65	10,58	21,77	26,07	34,67	84,12	25,6	20,46
	Rio de Janeiro	31,96	16,44	81,15	49,75	31,55	8,38	-41,57	5,43	13,31	12,37	14,04	80,37	8,43	14,79
	São Paulo	36,18	26,18	8,37	43,35	14,63	1,27	-2,97	9,04	20,87	25,52	7,01	89,03	8,84	20,73
Sul	Vitória	30,56	28,26	63,88	59,26	22,09	38,48	-36,58	5,33	0,62	32,13	32,83	83,09	14,96	18,25
	Curitiba	39,68	20,18	62,24	63,16	2,86	38,91	-1,57	3,19	-3,22	6,03	1,97	17,61	7,9	24
	Florianópolis	26,46	21,67	72,34	56,99	23,91	28,43	-18,71	9,04	0,48	37,74	30,28	78,06	14,19	22,36
	Porto Alegre	27,05	20,77	74,4	79,4	30,35	42,11	-9,91	9,85	12,19	41,83	18,36	98,74	4,67	25,2
Norte	Belém	38,92	27,67	46,35	80,15	15,6		3,98	4,73	15,89	14,47	23,78	98,37	15,72	23,15
Nordeste	Aracaju	46,48	21,58	27,93	61,3	9,23		-27,54	8,39	19,47	11,27	30,26	89,04	12,75	20,14
	Fortaleza	40,73	14,89	29	71,08	42,59		-48,6	11,62	12,7	-9,81	27,31	83,45	10,41	8,83
	João Pessoa	32,14	24,74	33,97	79,05	12,72		-30,15	8,94	3,98	17,05	30,43	75,43	10,51	15,57
	Natal	34,69	20,78	33,53	79,56	17,16		-51	10,7	7,89	27,77	27,94	82,66	12,08	12,1
	Recife	27,64	20,73	29,98	61,62	26,9		-42,64	-0,49	4,66	-10,34	35,22	90,11	8,87	6,47
	Salvador	31,99	11,27	16,39	66,06	6,76		-34,35	22,78	-1,89	8,83	19,92	80,19	13,7	13,4

Fonte: DIEESE

Obs.: A batata não é pesquisada no Norte e Nordeste; no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, pesquisa-se o preço da farinha de trigo e no Norte e Nordeste, o da farinha de mandioca